

# RELIGIÃO E EVANGELIZAÇÃO: PRESENCAS NA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

Prof. Dr. Euclides Marchi

Professor Senior do Dehis - UFPR/ Centro Universitário Positivo - UnicenP

## RESUMO

Este texto tem como objetivo mostrar como a religião e a evangelização permeiam a Carta de Pero Vaz de Caminha, ao relatar ao Rei de Portugal o “achamento” da nova terra. Seleccionam-se algumas passagens da narrativa e delas se extraem os elementos que indicam as influências católicas nas navegações portuguesas em busca de terras e riquezas.

Palavras-Chave: Religião, evangelização, discurso católico.

## ABSTRACT

This paper want's to show how the religion and the evangelization are in “Carta de Pero Vaz de Caminha”, when he tells the new word discovery to Portugal king. Some parts of the text were select and from this parts elements that indicates the catholic influention in the portugueses navigations on the searche of lands and were extracts

Key words: religion, evangelization, and catholic discourse.

E vós outros que os nomes usurpais  
De mandados de Deus como Tomé,  
Dizei, se sois mandados, como estais,  
Sem irdes a pregar a santa fé?  
(Camões)

As constantes chamadas para os 500 anos do “descobrimento” do Brasil motivaram a releitura de um dos documentos fundadores - A Carta de Pero Vaz de Caminha. Nela interessa especialmente a questão da religião e evangelização e suas alianças com o poder político presentes em alguns dos acontecimentos ocorridos nos dias de permanência da expedição cabralina na nova terra.

Há outros documentos que também registram esse momento, como por exemplo, o relato anônimo de um dos pilotos, cuja identidade ficou desconhecida para todo o sempre. A carta de Pero, no entanto, descoberta pelo sacerdote Aires do Casal, na Torre do Tombo em 1817, acabou consagrada como o documento que registrou a chegada e o “achamento” da nova terra. Não cabe aqui suspeitar da veracidade ou fidedignidade dos fatos. Importam, sim, a narrativa do autor, sua visão da terra e das gentes que nela habitam e as sugestões que faz ao rei.

Antes de entrar no tema central deste trabalho, é preciso destacar alguns dos elementos que permitem contextualizar a Carta de Pero Vaz de Caminha, as circunstâncias em que ela foi escrita, e as condições de realização das navegações. A cada leitura, surgem perguntas e revelam-se situações novas e provocadoras.

Dentre as várias edições colocadas no mercado, será utilizada para as citações a de ARROYO, Leonardo. A Carta de Pero Vaz de Caminha: ensaio de informação à procura de constantes válidas de método. São Paulo: Melhoramentos, Rio de Janeiro: INL, 1971. O texto transcrito segue a versão atualizada constante naquela obra.

## **As viagens e os descobrimentos: precedentes**

As viagens dos portugueses realizadas no decorrer dos séculos XV e XVI por mares “nunca dantes navegados”, em sua maioria, estão vinculadas à Ordem de Cristo, sucessora da Ordem dos Templários em Portugal. O senso de aventureirismo está articulado ao caráter religioso-militar que marcou a vida dos antigos cruzados, especialmente os Templários, cujas origens encontram-se na Cruzada de Godofredo de Bulhões. A Ordem foi fundada em Jerusalém em 1118 por Hugo de Payens, Godofredo de Santo Ademar e mais sete franceses que dela participaram. Inicialmente denominavam-se “*pobres cavaleiros de Cristo*” e formavam uma guarda para ajudar os peregrinos que se dirigiam a Terra Santa. O nome Templários derivou da ação do rei Balduino II, de Jerusalém, quando os instalou no palácio vizinho ao Templo de Salomão.

Os templários, apesar da expressividade de sua denominação - “*pobres cavaleiros de Cristo*” -, ao longo do tempo, tornaram-se proprietários de grandes fortunas, representadas por bens imobiliários e tesouros. Assim, de defensores dos peregrinos, transformaram-se em templários, isto é, cavaleiros da Ordem Militar do Templo. De protetores dos cristãos (seus conterrâneos ou não) que ao visitarem os lugares sagrados poderiam enfrentar as investidas dos infiéis, constituíram-se em financiadores das viagens, ou seja, autênticos banqueiros. Já nessa condição, espalharam-se pela Europa e, se na sua origem viviam como cruzados, monges-cavaleiros, profíctos dos votos de pobreza, castidade e obediência, no decorrer do tempo, passaram a viver da profissão de usurários. A concentração de riquezas foi tal que, no final de século XIII, reis e governantes de várias regiões européias dependiam deles para financiamentos e empréstimos. Não raro, suas reservas monetárias eram maiores do que a maioria dos reinados do Velho Mundo.

No aspecto civil, muitos levavam uma vida de riquezas e prazeres e alguns deles chegaram a defender algumas heresias. Se por um lado, seus referenciais básicos eram o dinheiro e as tabelas de juros, por outro, sobretudo no sentido religioso e moral, já não lhes caberiam o nome e as honras de “*pobres cavaleiros de Cristo*”, castos e obedientes às ordens do Papa.

As transformações atingiram de tal forma os objetivos e as finalidades da Ordem que, no século XIV, Felipe, o Belo, rei da França, moveu-lhes feroz perseguição, acompanhada de torturas e mortes. Finalmente, em 1312, quando o último grão-mestre templário Jacques de Molay foi queimado em praça pública em Paris, o Papa Clemente V entendeu que era o momento de extingui-la.

Em Portugal a trajetória dos Templários foi diferente, pois embora o voto de pobreza não fosse seu distintivo principal, mantinham a imagem de heróis, em decorrência de sua participação nas lutas contra mouros. Ao findar o reinado de Dom Afonso, a Ordem controlava mais da metade do território português e era dona dos mais importantes castelos. Ao poder econômico, somava-se também o político, confundindo a história do reino com a dos “*pobres cavaleiros de Cristo*”.

A extinção da Ordem nos demais reinos europeus forçou D. Dinis a buscar uma solução para a sua existência em Portugal, pois, segundo Marcos de Castro “não deveria

ser agradável manter metade do país nas mãos de cavaleiros ainda em boa parte franceses" (CASTRO, 1984: 17). As fortunas por eles controladas exigiam uma nova articulação política. Nascia assim, no reino 1319, autorizado pelo Papa João XXII, a *Milícia de Jesus Cristo*, mais conhecida como Ordem de Cristo que absorvia os bens dos extintos templários e funcionava como instituição canalizadora dos recursos para a nobreza territorial. Era uma instituição diferente da anterior, porque tinha um caráter exclusivamente regional. A partir de então Portugal e a Ordem formavam uma simbiose, com o controle do poder econômico e o domínio das questões políticas.

No século XV, quando o Infante Dom Henrique fundou a Escola de Sagres, a maioria de seus almirantes também pertencia à Ordem. Por suas ligações com o Papa controlavam o poder religioso, o que lhes permitia, por força das bulas, somar os resultados das descobertas e das anexações. Em decorrência disso, as colônias de Portugal também passaria a compor seu patrimônio, aumentando-lhe ainda mais o poder econômico e o espaço de ação política. Sua influência era tal que as terras descobertas já não eram denominadas colônias, mas extensões do patrimônio da Ordem de Cristo.

A bula "Inter Cetera" de 28.6.1493, do Papa Alexandre VI, de origem espanhola, cedia à Coroa todas as terras descobertas e por descobrir. Em troca, os reis católicos assumiam o compromisso de converter ao catolicismo as populações nativas sob seu domínio. A política adotada pelos espanhóis, usando desse expediente institucional, será repetida pelos reis portugueses, inclusive no Brasil.

Essa situação estreitava ainda mais relações entre a Igreja e o Estado, dado que até o início do século XVI, o grão-mestre da Ordem de Cristo seria alguém da Casa Real, como o foram o Infante Dom Henrique e, posteriormente, o Duque de Viseu que governou Portugal como Dom Manuel I (mais conhecido como Dom Manuel, o Venturoso). No pontificado do Papa Adriano VI, o título de Grão Mestre da Ordem passou a ser incorporado pelo Rei de Portugal (1522), com direito de transmissão aos seus sucessores.

Duas outras Ordens subsistiam em Portugal: a Ordem de São Bento e a de São Tiago da Espada. Em 1551, o papa Júlio III, incorporava à coroa portuguesa, de modo definitivo, o grão-mestrado das três ordens, estendendo o direito de Padroado ao rei de Portugal (antes pertencente ao grão-mestrado das ordens) que, a partir de então, passou a exercer, de fato e de direito, o controle da Igreja em Portugal e nas colônias ou nas extensões do patrimônio da Ordem de Cristo.

O padroado português inspirou-se naquele originário do século IV, após Constantino, Imperador Romano, liberar o culto dos cristãos, e, seu sucessor, Teodósio, adotar o catolicismo como religião oficial do Império. Para supri-la de bens necessários à sua manutenção, os adeptos passaram a pagar, sob a denominação de dízimos, o equivalente a 10% de tudo o que produziam na terra. Ao longo do tempo, o dízimo passou a incidir sobre todas as rendas. Em Portugal, os recursos provenientes dos dízimos passaram a ser direito do rei, por ser ele o detentor do padroado. Suas regalias foram ampliadas, incidindo sobre as questões espirituais e direito de nomeação das autoridades eclesiásticas sempre que vagasse qualquer cargo de titular. Na definição de Eduardo Honaert, padroado era um "roubo institucionalizado" (HONAERT, 1979: 39). Francisco José da Silva Gomes sintetiza essa relação afirmando que:

Em situações históricas 'constantinianas', a relação Igreja e Estado pressupõem um sistema único de poder e legitimação, um projeto unanimista, o catolicismo como religião oficial do Estado, como religião sacralizadora do poder e da ordem vigente. Em situações históricas "pós-constantinianas", a relação Igreja e Estado assenta-se na confessionalidade e laicidade do Estado, na redução do

campo religioso à esfera privada das escolhas individuais e num processo de secularização da sociedade e da cultura (GOMES, 1998: 316).

Munidos desse expediente jurídico-político, os portugueses, em suas navegações, motivados pelos interesses comerciais e pelos desejos de ampliação territorial e inspirados nos sentimentos das cruzadas ocorridas há dois ou três séculos, cuidavam também de levar o cristianismo às terras que conquistavam.

## **O documento fundador e a influência da religião**

Farei de ti um testemunho para os povos,  
um condutor soberano das nações,  
conclamarás povos que nunca conheceste,  
e nações que te ignoravam acorrerão a ti,  
por causa do Senhor teu Deus  
e do Santo de Israel que fará tua glória.  
(Isaías, 54, 4 e 4).

Pero Vaz de Caminha, constituiu-se no narrador dos feitos portugueses em sua chegada a terra por eles desconhecida e provisoriamente denominada de Ilha de Vera Cruz, mais tarde Terra de Santa Cruz. Se os nomes provisórios são em parte reveladores das influências religiosas, o certo é que a política de cristianização das gentes da terra estava presente nas viagens realizadas com o objetivo de descobrir terras, ampliar as possessões portuguesas e anexá-las ao patrimônio da Ordem de Cristo. A expedição de Cabral cumpria rigorosamente o cerimonial das viagens. Nela, vários sacerdotes dirigiam-se para o Oriente, com o intuito de reforçar o clero lá instalado.

Seu relato registra a presença da religião em todo o processo de organização e desenvolvimento da viagem e sua rápida passagem (na linguagem de hoje poder-se-ia dizer, uma escala) pela terra da Ilha de Vera Cruz. Essa presença pode ser detectada nos procedimentos dos navegadores e nas referências aos lugares por onde a frota passava: "Ilha de São Nicolau", "oitavas da Páscoa", "Monte Pascoal" e terra de "Vera Cruz". As denominações citadas na carta são indícios de uma forte articulação entre navegação e crença, viagens e religiosidade.

Todavia, merece destaque especial a descrição da posse da terra. Era de se supor que se realizasse um ato civil ou judicial, a bordo da nau capitânia. Ou então, em terra, fossem subscritos documentos, redigidas escrituras, ou ainda, fosse assinada, solenemente, a Ata de Posse, na presença das autoridades marítimas, religiosas e dos chefes dos nativos. Esperava-se, como costuma acontecer, que os arcabuzes e demais armas de fogo realizassem disparos, houvesse manifestações militares com desembainhamentos de espadas, hasteamento de bandeiras, simbolizando a força do poder civil, com acompanhamento de frases solenes de apropriação da terra e sua anexação aos domínios da Coroa Portuguesa e às propriedades da Ordem de Cristo.

Ao contrário, tudo ocorreu de forma pacífica, sacramentada por uma cerimônia católica, isto é, uma missa solene, assistida por autoridades da frota Cabralina, sacerdotes da Igreja e membros da tripulação. Tudo muito familiar aos componentes da expedição e ao mesmo tempo tudo muito estranho aos nativos, que sequer poderiam entender que ali estava sendo imposto, legalizado e legitimado um domínio sobre aquela gente que habitava aquela terra.

A Carta torna-se um indicador dos primeiros olhares europeus sobre os nativos, expressos no registro do narrador. De um lado, a inocência do indígena o surpreende, de

outro os valores morais estabeleciam as diferenças. Para o nativo mostrar os órgãos sexuais ou a cara fazia o mesmo sentido - ambos eram partes do corpo. Este não era o significado que eles tinham para o português recém chegado. Sua formação católica não lhes permitia tal liberalidade. A influência religiosa revela-se nas suas observação ao ver os nativos nus, sem cobertura alguma. “Nem fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara”, diz ele.

Este olhar repete-se nas considerações sobre os dois habitantes da terra que foram levados à presença de Cabral. Na hora de dormir, ao vê-los deitarem-se na alcatifa, Caminha volta a repetir suas observações sobre as "vergonhas": "(...) sem procurarem maneiras de encobrir suas vergonhas, as quais não eram fanadas". A influência da religião torna-se mais evidente. O termo fanado tem sentido de circuncidado. A circuncisão revelaria adesão a determinados costumes religiosos. Dado o destino da frota – o oriente – é provavelmente que o narrador pensasse nas possíveis influências muçulmanas; ou seja, rumando para oriente a presença do islamismo poderia ser observada na circuncisão dos nativos. Ou, quiçá, na mente dos portugueses a terra “achada” poderia ser o paraíso, e as pessoas andavam nuas por sua inocência, por ausência de maldade e de pecado. Durante muito tempo, os relatos de padres evangelizadores, viajantes, teólogos, entre outros, registraram suas crenças no paraíso terrestre, situado no Brasil; um Brasil imaginário, povoado de criaturas exóticas e seres fantásticos.

Por diversas vezes, ao referir-se às mulheres, Caminha reiterava suas observações sobre as partes íntimas e, parecendo estar encantado com as "vergonhas", escrevia: "e suas vergonhas, tão altas e cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as nós muito bem olharmos, não se envergonhavam (ou não nos envergonhamos)". Logo adiante, referindo-se aos enfeites destaca: "e sua vergonha (que ela não tinha!) tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela. Nenhum deles era fanado, mas (antes) todos assim como nós".

Todavia, parece ter sido em terra que Caminha mais ressaltou a presença da religião nos atos dos navegantes portugueses. Assim, o dia 26 de Abril, domingo de Pascoela, mereceu especial destaque, sobretudo quando o Capitão determinou a celebração da missa e sermão no Ilhéu, na companhia dos demais capitães. Para tal, “Mandou armar um pavilhão e dentro levantar um altar mui arranjado”. A missa foi oficiada pelo “padre Frei Henrique, em voz entoado, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes que todos assistiram, a qual missa, segundo o meu parecer, foi ouvida com muito prazer e devoção”. Ainda, segundo o narrador: "Ali estava com o Capitão a bandeira (da Ordem de Cavalaria) de Cristo, com que saíra de Belém, a qual esteve sempre bem alta, da parte do Evangelho".

Após a missa, Frei Henrique fez uma pregação referindo-se à história evangélica e "no fim tratou de nossa vida, e do achamento desta terra, referindo-se à Cruz, sob cuja obediência viemos, (lembrança) que veio muito a propósito, e fez muita devoção".

A cruz constituiu-se no marco deixado pelos portugueses. Na Terça-feira, 28 de abril, quando foram para a terra para buscar (fazer) lenha, relata: “E enquanto fazíamos lenha, construíram dois carpinteiros uma grande cruz de um pau que se ontem para isso cortara”. Na quarta-feira, dia 29, descreve a reverência a ela prestada dizendo:

Ao sairmos do batel, disse o Capitão que seria bom irmos em direitura à cruz que estava encostada a uma árvore, junto ao rio, a fim de ser colocada amanhã, sexta-feira, e que nos puséssemos todos de joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. E a êsses dez ou doze

que lá estavam, acenaram-lhes que fizessem o mesmo; e logo foram todos beijá-la.

O fato dos nativos também beijarem a cruz suscitou, ao narrador, algumas conclusões interessantes: "parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências". Na seqüência até sugere uma tarefa para os degredados: "[...] se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza Nosso Senhor que os traga, porque certamente essa gente é boa e de bela simplicidade". Ao acentuar o destino cristão da gente encontrada na nova terra como manifestação da vontade de Deus, diz ao Rei: "E o Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E, portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a Santa fé católica, deve cuidar da salvação deles. E prazerá a Deus que com pouco trabalho seja assim".

A Cruz deveria ficar em local bem visível. Para lá foi levada em procissão, com os religiosos e sacerdotes entoando cânticos. Caminha informa que os próprios nativos ajudaram no seu transporte.

Na sexta feira, 1º de maio, quando Frei Henrique rezou a segunda missa, os homens da terra a acompanharam repetindo os mesmos movimentos dos portugueses, parecendo, ao olhar do narrador, que tinham extrema facilidade em repetir os rituais cristãos. A descrição torna-se paradigmática:

Plantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe haviam pregado, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre Frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco, (assistindo) a ela, perto de cinqüenta ou sessenta deles, assentados todos de joelho, assim como nós. E quando se veio o Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco, e alçaram as mãos, estando assim até se chegar ao fim; e então tornaram-se a assentar, como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim como nós estávamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção.

A cruz também foi deixada junto aos nativos. Caminha relata: "e acabada a pregação, trazia Nicolau Coelho muitas cruces de estanho com crucifixos [...]. E houveram por bem que lançassem a cada um (a) sua ao pescoço".

O imaginário de Caminha se aguça ao relatar o comportamento de um nativo, o qual, após olhar para o altar mostrava o céu como se aquilo lhe dissesse alguma coisa de bem. Embora não faça maiores comentários sobre o fato, sua observação leva a crer que estaria relacionando tal atitude com a crença na existência do céu.

A carta acrescenta: "segundo o que a mim e a todos pareceu, essa gente não lhes falece outra coisa para ser toda cristã, do que entenderem-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos; por onde pareceu a todos que nenhuma idolatria, nem adoração tem". Por isso, recomenda ao Rei que "se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para batizar; porque já então terão mais conhecimento da nossa fé [...]".

Falando da terra, Caminha considera que "querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo". Contudo, "o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar".

## O Discurso fundador e o mito paradisíaco

A carta de Caminha é um testemunho de que o cristianismo foi utilizado como o primeiro instrumento de poder no contato com os nativos. A história posterior mostrou que a conversão das gentes da terra foi mais difícil do que ele previra. As informações deixadas por Manuel da Nóbrega e José de Anchieta ao descrever seu trabalho de catequização dão a dimensão dessas dificuldades.

Todavia, mais importante que a coerência dos fatos, são os processos simbólicos utilizados na narrativa, o que levou Marilena Chaui a chamar atenção para o mito fundador dizendo,

Vivemos na presença difusa de uma narrativa da origem. Essa narrativa, embora elaborada no período da conquista, não cessa de se repetir porque opera como nosso mito fundador. [...] Mito fundador porque, à maneira de toda a “fondatio”, impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa, que não permite o trabalho da diferença temporal e que se conserva como permanente presente. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo( CHAUI, 2000 : 10).

O fato de portugueses e nativos não utilizarem o mesmo instrumental lingüístico para se comunicarem, permitiu que o encontro se transformasse num complexo sistema de suposições e narrativas simbólicas. Aos portugueses era impossível supor ou saber o que poderiam estar pensando os nativos e o inverso também é correto. E, se aos primeiros ainda lhes foi possível registrar suas suposições, aos segundos até isso lhes foi negado. O que restou foi o Brasil que Caminha noticiara ao Rei e, por seu intermédio, ao resto do mundo. Uma terra construída a partir de seus conhecimentos, dos referenciais de sua época e do seu imaginário.

Embora Pero Vaz não ocupasse formalmente o cargo de escrivão da frota, seu registro assumiu a condição de relato oficial porque até hoje é aceito, repetido e absorvido pelo discurso institucional sempre que se refere à chegada dos portugueses ao Brasil. É provável que os fatos por ele registrados tenham ocorrido de forma diferente, porém, isso pouco importa no momento. A memória da sociedade lê a história como foi produzida pelo olhar do narrador. E, mesmo que os sentidos do histórico, do social e do cultural tenham sido diversos, o importante é que eles foram construídos a partir das representações por ele produzidas. Influenciado pelos condicionantes histórico-ideológicos de sua formação, sua narrativa teve um papel central no processo de resignificação dos procedimentos dos povos da terra. E, ao fazê-lo, instituiu-se uma outra história, na qual, novos sentidos foram construídos a partir do olhar do além-mar. Tanto os interesses da Ordem de Cristo, quanto os do narrador e dos demais tripulantes da frota estavam contemplados. Com isso, instaurou-se um discurso fundador, produzindo outros sentidos em relação aos que eram dados anteriormente. Por muitos anos (talvez até hoje), aquilo que o narrador escreveu sobre os procedimentos dos nativos passou a ser aceito como verdadeiro. Ao considerar o nativo pronto para a cristianização, re-

significou suas práticas religiosas e sua inocência. A ausência de idolatria facilitava a evangelização e sua transformação em católicos e súditos do rei. Desconsiderou a possibilidade de existirem crenças, rituais, deuses e entidades próprias de uma religiosidade desconhecida dos portugueses.

Assim posto, o discurso de Caminha instaurou-se como discurso fundador e por ele prevaleceu a tese de que o Brasil nasceu católico e a partir dele produziu-se um conjunto de imagens do povo e da ilha de Vera Cruz. Artistas, músicos, escritores criaram textos verbais e não-verbais reproduzindo e refigurando a narrativa da descoberta. Não estava em pauta o que iria acontecer com a dominação da gente e com a ocupação da terra. Era preciso salvar-lhes as almas por intermédio da sua conversão ao cristianismo. Explicitava-se naquele momento a aliança entre Estado e Igreja na obra da conquista da terra e da evangelização das gentes. A história dos conquistadores e a história pessoal do narrador contribuíram para se entender os processos de construção desse discurso. Assim, acompanhando Eni Orlandi cabe dizer que o que define o discurso fundador é sua historicidade, a ruptura que cria uma filiação de memória, com uma tradição de sentidos e estabelece um novo sítio de significância (ORLANDI, 1993 : 23/24).

Eni ensina ainda que "a noção de discurso fundador, (...), é capaz, em si, de muitos sentidos. Um deles, [...], é o que liga a formação do país à formação de uma ordem de discurso que lhe dá uma identidade". (ORLANDI, 1993 : 18). Naturalmente, a Carta de Caminha não é um dos textos mais indicados para considerações mais complexas sobre o nativo. Todavia, embora fruto de impressionismo momentâneo, sem maiores análises e reflexões ela se constituiu na narrativa de um membro da expedição de Cabral, portador de formação literária e intelectual que lhe permitia registrar suas observações sobre a terra, a gente e os fatos da viagem e da chegada. Mesmo carente de formação antropológica, historiográfica e etnográfica, e, embora sem ter sido, oficialmente, instituído para relatar os fatos (não se sabe se o fez a pedido de Cabral), sua decisão marcou um momento que, sem ela, poderia estar perdido para a história. E, se no seu relato há outros interesses, como revela o final da carta, o que importa para a sociedade é que ela se constitui no primeiro discurso sobre a terra e gente da Ilha de Vera Cruz.

Ao historiador, todavia, ainda que a considere uma narrativa bastante ingênua, cabe extrair dela os aspectos reveladores de outras histórias e outros conteúdos que não estão expressos no texto. Caminha deixava transparecer que para dominar a nova terra era fundamental a aliança entre Lei, Rei e Religião. O discurso sobre a conversão trazia embutida a necessidade de governar. Sem conhecer a linguagem verbal dos nativos, o significado dos gestos, tal como as formas pintadas no corpo, sua relação com a nudez e sua capacidade de imitar os atos dos portugueses serviram-lhe de referencial para tirar conclusões nas quais articulava elementos da fé e da conquista. O discurso sobre a evangelização, expresso na recomendação de que se deveria converter os nativos à fé cristã, revelava seu caráter universalista. Os missionários desconheciam fronteiras e seu trabalho visava a divulgação da fé, a doutrinação e a evangelização entre todos os povos que as viagens marítimas lhes colocassem no seu caminho.

A evangelização apregoada por Caminha tornar-se-ia uma realidade, mesmo que por meios e processos pouco pacíficos. A ocupação implicou na estruturação da forma de governo e na instituição da religião católica como oficial. As diferentes maneiras de sentir, de se expressar, de narrar, de imaginar serão gradativamente influenciadas pelo modo europeu de ver o mundo, de estruturar as crenças e de organizar a política.

A presença do catolicismo interferiria de modo decisivo não somente na apropriação das novas terras pela Ordem de Cristo. Igreja e Ordem impuseram aos



nativos uma prática absolutamente desconhecida e distante de sua realidade. Quiseram extirpar deles qualquer manifestação que lembrasse idolatria, cultos exóticos, práticas bárbaras ou representações de feitiçaria. Assim, desde as origens, o Brasil paradisíaco de Caminha, estruturava-se no concreto: evangelização a ferro e fogo, organização da propriedade, definição do poder. A maneira dos homens da terra expressar sua cultura, suas crenças, seus imaginários, suas comemorações e suas festas passarão pelo controle monopolístico dos especialistas em religião, cuja entrada o reino português controlará por força e poder do padroado. Com base nas instituições jurídicas e por força de uma missão histórica, Portugal assumiria sua atribuição estabelecida nas bulas papais e cumpriria sua tarefa de evangelizar e converter a todos à fé católica. Eduardo Honaert destaca:

É por demais conhecido o fato de que toda a empresa marítima portuguesa foi expressa pelos contemporâneos em linguagem religiosa e, mais ainda, missionária. Os contemporâneos nos dão a impressão de que, para eles, o maior acontecimento depois da criação do mundo, excetuando-se a encarnação e a morte de Jesus Cristo, foi a descoberta das Índias. Portugal entrou de maneira decisiva nos planos salvíficos de Deus, que, depois de diversas tentativas mal sucedidas, lhe confiou a missão de ‘estabelecer o seu Reino nesse mundo’ (idéia de Vieira): o ‘reino de Deus por Portugal’ (HONAERT, 1977: 23/24)

Desde o início, nos contatos com a terra e com sua gente, ao celebrar a missa, Frei Henrique fazia-se ouvir pregando o evangelho aos nautas e aos nativos. Mais uma vez Honaert, comentando o esforço de persuasão dos evangelizadores, nos traz a seguinte consideração: “Persuadir de que? Sem dúvida da necessidade de salvação pela audição do evangelho: a soteriologia da salvação universal ligada à audição física e auricular de vocábulos evangélicos parece estar subjacentes a todo o imenso esforço de doutrinação dos índios e africanos no Brasil” (HONAERT, 1977: 25). Todavia, entender ou não as palavras do evangelho não se constituía no entrave para o trabalho dos pregadores. Uma visão teológica ou providencialista da história sobrepunha-se aos limites dos homens. Deus possuía um plano que o realizava por meio dos homens, cuja teofania e epifania (revelação de Deus e da verdade divina no tempo) já fora consumada com a vinda de Cristo.

Caminha, por sua vez, repetia um discurso já estabelecido e incorporado pela Ordem de Cristo. Desde 1415, com a conquista de Ceuta, a Ordem proclamava seus direitos sobre os recursos advindos das conquistas e professava sua vontade missionária diante das novas descobertas. Em decorrência da articulação entre evangelização, apropriação de recursos, organização das empresas de reconquista, a defesa da fé e a luta contra os infiéis, as bulas papais transferiram, desde o século XV, a autoridade temporal e espiritual à Ordem de Cristo, transformando Portugal no senhor dos mares nunca dantes navegados, organizador da Igreja em termos de conquistas e redução, planejador da união entre missão e colonização (HONAERT, 1977 : 35). As armas reais e a cruz faziam parte do mesmo processo e a realeza portuguesa, associada à Ordem usufruía os favores da Cúria Romana nos negócios de além mar. Nenhum clérigo saía de Portugal para o Brasil, sem autorização do rei, que lhe exigia juramento de fidelidade.

Essa vinculação e essa forma de estruturar o poder explica o porquê era ao Rei que Caminha recomenda a Evangelização dos nativos, sem sequer referir-se à Igreja, nem mesmo à figura do papa.

## **A liturgia da posse e a articulação dos poderes**

Quem foi que descobriu o Brasil  
Foi seu Cabral, foi seu Cabral.  
No dia 22 de abril,  
Dois meses depois do Carnaval.

A liturgia da posse transformou-se num verdadeiro discurso fundador, pois a descrição de Caminha assume um significado maior do que um simples ato religioso. Na narrativa do escrivão constata-se que a missa é oficiada pelo Capelão-mor da frota e pelos outros sacerdotes que acompanhavam a expedição e foi assistida pelo comandante empunhando a bandeira da Ordem de Cristo, aquela mesma que saíra de Portugal, e que esteve sempre alta da parte do Evangelho. Há que se considerar que este ato supera a simples devoção ou a crença religiosa. Constitui-se num autêntico rito de posse, acompanhado de um sermão pregado do alto de uma cadeira para que todos ouvissem e, como fala final, tratou da vinda da expedição referindo-se à cruz, sob cuja obediência realizavam as viagens.

Fica caracterizado que esse foi o primeiro ato oficial realizado no Brasil, para o qual o capitão-mor ordenou a participação dos demais Capitães e membros da Expedição, vestidos a caráter. Este ato oficial repetir-se-ia ao longo de quase toda a História da Terra de Vera Cruz, Santa Cruz e Brasil.

A união Igreja e Estado, garantida pelo sistema de Padroado e posteriormente pela condição cultural, instituiu a celebração de atos litúrgicos como componentes das celebrações cívicas ou outros atos oficiais promovidos pelo poder público, mesmo após o Estado ter-se declarado laico. Missa, Te Deum, bênção de recintos ou bandeiras, literalmente símbolos identificadores do poder religioso, estiveram presentes nas solenidades ou colocados ao lado dos símbolos do Estado. Autoridades civis e religiosas partilharam os lugares de honra nas solenidades e nos rituais comemorativos de caráter exclusivamente civil e laico.

Trata-se de uma relação de poder sobre a qual Francisco J. S. Gomes destaca:

Fosse num regime de união, fosse num regime de separação, o catolicismo e a Igreja só manifestam toda sua relevância quando analisados com relação à questão do poder, se os situarmos no âmbito do sistema da cristandade. Entendo por cristandade um sistema de relação da Igreja e do Estado na sociedade. A relação bipolar Igreja e Estado só é relevante quando situada no campo mais abrangente da sociedade”(GOMES, 1998 : 315)

A segunda missa foi celebrada em local próximo ao da primeira, ao pé da Cruz, fincada em lugar elevado, como que dominando a terra recém encontrada, ladeada pelas armas e a divisa do soberano português e da bandeira da Ordem, ali conduzida sob os rituais solenes e formais que o ato exigia. Após a solenidade, os membros da retornaram às naus tendo à frente o capitão carregando a bandeira da Ordem de Cristo, acompanhado dos marujos e circundado pelos nativos, alegres e festeiros. Ao entrar nos batéis fizeram uma procissão ao longo da costa ladeando o pavilhão até chegar às naus.

Estavam consolidados, nas novas terras, os rituais de posse e domínio da Ordem de Cristo. E, como Portugal já o era, o Brasil também passaria a ser propriedade sua e, por decorrência, a história do Brasil, tornar-se-ia inseparável da história da Igreja e da

Ordem; nasciam juntas, atreladas a um passado remoto cujas raízes estão nas Cruzadas e na difusão do Evangelho entre os nativos fora da Europa ou nas circunvizinhanças dos Impérios Ibéricos

Posteriormente, os missionários confirmaram as sugestões de Caminha. franciscanos, jesuítas, capuchinhos, oratorianos, carmelitas, entre outros, interiorizaram o desejo de salvar as almas dos nativos e se embrenharam nos sertões desconhecidos em busca das supostas “ovelhas perdidas”. Portugal entrou decisivos nos planos salvíficos de Deus. Dom João III, escrevendo ao primeiro Governador Geral do Brasil, a Tomé de Souza, era contundente: “A principal causa que me levou a povoar o Brasil foi que a gente do Brasil se convertesse à nossa santa fé católica” (HONAERT, 1977: 24). A tese da evangelização precedeu as viagens de Cabral e manteve-se constante no decorrer das primeiras décadas da colonização sob a forma de um discurso universalista e doutrinário. Pregar o Evangelho era um hábito português que teve início no Brasil na pessoa de Frei Henrique que o fez por duas vezes na curta permanência na terra achada. A salvação as almas fazia parte da soteriologia católica e foi merecedora de vários destaques na narrativa de Caminha, consolidando-se nas práticas dos religiosos que vieram cumprir a tarefa de catequizar e evangelizar os nativos. Honaert destaca: “Instala-se aos poucos uma firme identificação entre evangelização e doutrinação que nunca mais será posta em dúvida, até nossos dias, pelo menos em termos de Igreja oficial” (HONAERT, 1977 : 26).

E, se nessa terra, “dar-se-á nela tudo”, o que mais se esperava plantar era a fé cristã e a catequese. A identidade do Brasil estruturava-se sob os signos da conversão e da profissão de uma única fé. Num sentido mais amplo, Caminha, atribuiu ao rei a responsabilidade de transformar os nativos sem identidade em súditos da coroa e profites da fé católica e a terra, em uma terra una e cristã. Os nativos, ao passarem a conviver com a cruz e ao tornarem-se cristãos substituíam a identidade da aldeia pela da catolicidade e à autoridade do chefe nativo sobrepunha-se a do o rei de Portugal.

Reproduzia-se a relação constantiniana entre Igreja e Estado, pressupondo um sistema único de poder, sendo o catolicismo religião oficial e legitimador da ordem instituída. O Estado Português, ao viabilizar a conversão dos nativos à fé católica, implantava uma cristandade mesclada de padrões constantinianos e tridentinos, somados aos hábitos do catolicismo medieval português. O padroado transferido para o Brasil, criou uma situação de dependência do aparelho eclesiástico colonial à Metrópole, com ingerência direta nas questões de crença e nas decisões de ordem religiosa, litúrgica e ritualística. As influências liberais não foram suficientemente fortes para implantar, no período do Império Liberal, um estado laico. Os cidadãos do Império enfrentaram, “*ipso facto*”, a ambigüidade entre cidadania e catolicidade. Uma ambigüidade que Caminha anunciara na sua carta, ao narrar o “achamento” da nova terra”, e ao dizer que o Rei deveria evangelizar essa gente. Somavam-se o dito e o veredicto: “*cuius regio, illius et religio*; ou se seja (numa tradução livre), “quem manda, manda também na religião”.

## Referências bibliográficas

- CAMINHA, Pero Vaz de. Carta. ARROYO, Leonardo. A Carta de Pero Vaz de Caminha: ensaio de informação à procura de constantes válidas de método. São Paulo : Melhoramentos, Rio de Janeiro : INL, 1971.
- CASTRO, Marcos. 64: conflito Igreja X Estado. Petrópolis : Vozes, 1984.
- HAUI, Marilena. O mito fundador do Brasil. Caderno Mais. Folha de São Paulo. São Paulo, 26 de Março de 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira, Tomo I, Época Colonial, Do Descobrimento à Expansão Territorial. São Paulo : Difusão

Européia do Livro, 1968.

HONAERT, Eduardo et alii. História da Igreja no Brasil. Ensaio de interpretação a partir do povo. Tomo 2, Primeira Época. Petrópolis : Vozes, 1977.

MEYER, Marlise. Caminhos do imaginário no Brasil. São Paulo : Edusp, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.) Discurso Fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campina/SP : Pontes, 1993.

----- A linguagem e seu funcionamento. As formas do Discurso. São Paulo : Brasiliense, 1993.

SUNG, Jung Mo, et alii. História da Evangelização na América Latina / Faculdade de Teologia N.S. da Assunção. São Paulo: Paulinas, 1988.